

Superávit primário supera meta em R\$ 740 milhões

Receitas no primeiro semestre foram R\$ 13,6 bi superiores às despesas, excluídos os juros pagos

GUSTAVO FREIRE
e ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – A meta de superávit primário do setor público consolidado acertada entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre foi cumprida com folga de R\$ 740 milhões. O anúncio foi feito ontem pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, no exato momento em que a oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso fazia um protesto na Esplanada dos Ministérios em que reivindicava, entre outras coisas, o fim da ingerência do FMI no governo brasileiro.

A meta acertada com o FMI previa que o setor público fecharia o primeiro semestre com superávit primário – que exclui as despesas com juros e correção monetária – de R\$ 12,883 bilhões. Ao fim dos seis meses, o governo conseguiu um superávit no caixa das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) de R\$ 13,623 bilhões, o equivalente a 2,87% do Produto Interno Bruto (PIB).

Antecipação de receita – O cumprimento da meta com o FMI só foi alcançado graças

ao ingresso extra em junho de R\$ 2,415 bilhões com a antecipação de receitas obtidas com a venda das empresas do Sistema Telebrás. As receitas extras da Telebrás elevaram substancialmente o superávit primário do governo federal em junho e, conseqüentemente, de todo o setor público, que chegou a R\$ 2,579 bilhões no mês, o sexto resultado positivo consecutivo no ano.

O mercado está nervoso neste momento exatamente por acreditar que o governo, sem as receitas extras, não poderá alcançar as metas fiscais para o ano 2000. O governo, por sua vez, garante que as dúvidas serão tiradas na divulgação da proposta orçamentária. O Orçamento trará todas as medidas necessárias para que a meta de o governo central alcance no ano que vem um superávit de 2,65% do PIB, afirmam técnicos.

O chefe do Depec explicou que a meta acertada com o FMI já contemplava a entrada das receitas antecipadas com a venda da Telebrás. “Se não fosse algo esperado, o valor da meta seria menor”, justificou. Lopes admitiu que, sem o dinheiro da Telebrás, o valor do superávit primário acertado com o FMI não teria sido alcançado.

“Certamente não seria al-

ACIMA DA EXPECTATIVA			
Resultados do setor público no semestre (em R\$ milhões)			
	Jan/Jun98	Jan/Jun99	Em 12 meses
Saldo primário	622	13.623	122
Governo central	1.354	11.938	2.829
Governo federal e BC	3.953	16.208	12.255
INSS	-1.791	-3.668	-7.196
Estatais federais	-807	-603	-2.230
Governos regionais	-732	1.685	-2.707
Estados	-1.285	935	-3.764
Municípios	1.395	1.031	2.008
Estatais estaduais	-726	-5	-617
Estatais municipais	-136	-276	-332

Fonte: Banco Central

ArtEstado

GASTO COM JUROS PASSOU DE R\$ 8 BI EM JUNHO

cançada”, afirmou. “Mas isso é um mero exercício, porque, sem o dinheiro da Telebrás, a própria meta seria menor.”

Lopes previu que a tendência para o segundo semestre continuará sendo de superávits para as contas do setor público.

Segundo ele, “não existem perigos” que impeçam o governo de atingir a meta acertada com o FMI de superávit primário total de R\$ 30,185 bilhões este ano. Mas ressaltou que o

governo precisar estar “vigilante o tempo todo” para que o objetivo seja alcançado. Lopes ressaltou que a própria trajetória fiscal verificada no acumulado dos últimos 12 meses indica que a meta de superávit fiscal do ano será cumprida. O superávit em 12 meses terminados em junho já estava em R\$ 13,109 bilhões, enquanto o resultado em 12 meses até maio último era de R\$ 7,467 bilhões.

Juros – O chefe do Depec chamou a atenção para a redução das despesas com juros nominais, que apresentaram em junho uma queda de R\$ 2,117 bilhões com relação a maio. A re-

dução, segundo Lopes, reflete a queda na velocidade de desvalorização do real e a própria política continuada do BC de manter os juros numa trajetória declinante.

Em maio, a desvalorização cambial foi de 3,81% ante 2,64% em junho. Já a taxa de juros, em maio, foi de 2,02%, enquanto em junho foi de 1,67%. Pelos números do Depec, os gastos totais com juros nominais em junho foram de R\$ 8,390 bilhões, ante R\$ 10,507 bilhões em maio. Para julho, Lopes prevê também uma queda nas despesas com juros. Isso porque a taxa de juros no mês foi de 1,66% e a des-

valorização cambial, de 1,11%.

O déficit nominal do setor público – que inclui as despesas com juros – fechou o primeiro semestre em R\$ 70,993 bilhões, o equivalente a 15,5% do PIB. Sem contabilizar o efeito da desvalorização cambial, o valor do rombo nominal das contas pública, segundo o Depec, era R\$ 39,303 bilhões menor e estava em R\$ 31,690 bilhões. O resultado nominal em 12 meses até junho era de R\$ 110,765 bilhões, quando se leva em conta o efeito da desvalorização, e o resultado sem a desvalorização foi de R\$ 68,718 bilhões, de acordo com os dados do BC.

A previsão do banco é que o déficit nominal de todo o setor público feche o ano em 8,98%, levando em conta os efeitos da desvalorização do real. O chefe do Depec disse que esse valor não representa um compromisso com o FMI, mas um “exercício” do governo.

Até junho, os municípios conseguiram um resultado superior ao dos Estados. Enquanto, os municípios apresentaram superávit de R\$ 1,031 bilhão no semestre ante R\$ 935 milhões dos Estados. O esforço de ajuste fiscal do governo federal, municípios e Estados, no entanto, está sendo anulado pelo déficit da Previdência, que chegou a R\$ 3,66 bilhões no período, e das empresas estatais federais, estaduais e municipais, que somaram saldo negativo de R\$ 884 milhões no semestre. (AE)